Série

Artigos

Hélio Dantas

INSTITUTO DURANGO DUARTE

Digitized by Google

APRESENTAÇÃO

O site do Instituto Durango Duarte foi totalmente reformulado e, por isso, todos os textos já publicados por **Hélio Dantas** em nossa plataforma foram reunidos numa coletânea, em formato de e-book, para que você possa acessar e ler os artigos em um único lugar, além de poder fazer o download gratuito do material.

Na "Série Artigos", você também poderá encontrar as compilações de outros articulistas, tais como Lúcio Menezes, José Carlos Sardinha, Cláudio Barboza, Otoni Mesquita, Hélio Dantas, Jeferson Garrafa Brasil, Amaury Veiga, Roberto Caminha Filho, Henrique Pecinatto, Jorge Alvaro, Júlio Silva e Kátia Couto.

Essas coletâneas serão atualizadas semestralmente com os novos artigos que forem produzidos.

Digitized by Google

Série Artigos

Hélio Dantas

Professor de História em Manaus há 11 anos. Coordenador do Centro de Documentação do Colégio Amazonense D. Pedro II. Historiador, atuando na Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas na Gerência de Patrimônio e Museu do Teatro Amazonas. É autor do livro Arthur Cézar Ferreira Reis: Trajetória Intelectual e Escrita da História (Paco Editorial, 2014). Tem particular interesse pela História dos Intelectuais e da Educação no Amazonas.

Digitized by Google

SOBRE GLOSAS E GOZOS

Publicado em 11 de abril de 2016.

> "Não há mais que o rumor assíduo da repetição, que pode nos transmitir aquilo que teve seu lugar não mais que uma vez". (Michel Foucault)

Eis que que cá estou na rede, e dessa vez como articulista: escrevente de artigos de opinião. E, por mais voltas que eu dê, o assunto não poderia se afastar muito do campo de saber que é minha paixão: a História e sua escrita. Sim, sei que corro todos os riscos da pletora e da tautologia, palavras difíceis para explicar que não tenho receios em repetir, afinal de contas, disse Nietzsche em um de seus aforismos que "quem vê mal, vê sempre menos; quem ouve mal, ouve sempre algo mais". Ora, e não é esse o dilema de todos os que se articulam através de textos? Em tudo o que escrevemos, lidamos com essa angústia do bem ver e do bem ouvir que nos faz sempre querer redizer.

Vivemos hoje num momento onde se corre desesperadamente atrás da next big thing. Notem, porém, que tal busca é marcada por repaginação e reaproveitamento (muitas vezes ilícito e malfeito por sujeitos de pouca imaginação...) de coisas e ideias que já foram feitas. A se crer no sábio autor do livro de Eclesiastes, nada há de novo debaixo do sol.

Digitized by Google

É o mesmo sábio que também afirma não haver limites para escrever livros. Sobre isso dizem alguns que este é o tempo da bricolagem, do hipertexto, da transversalidade, da obra aberta. Pois não é assim a interminável Biblioteca de Babel? "Se um eterno viajor a atravessasse em qualquer direção, comprovaria ao fim dos séculos que os mesmos volumes se repetem na mesma desordem", diz o bibliotecário ao final do conto do grande Borges.

Se pensarmos que durante a Idade Média, nos manuscritos e nas traduções feitas nos mosteiros, era comum a prática da glosa – espécie de apontamento ou comentário à margem dos textos, com interpretações sobre o mesmo – podemos nos perguntar se hoje, no tempo dos sites, dos blogs, das comunidades online, das enciclopédias coletivas, não seriam essas as novas formas de glosa? A ideia não é minha... você pode conferir neste link, um artigo muito interessante que reflete sobre essa questão.

De qualquer forma, me agrada essa imagem de um abade copiando manuscritos, e ao mesmo tempo, glosando o texto, na solidão de seu claustro. Aqui, a glosa serão os meus posts, que serão então manuscritos que poderão também ser glosados. O claustro é um quarto com um notebook, e a biblioteca de Babel é a cada vez mais infindável nuvem da internet.

Contudo, creio que a solidão do monge copista, glosando textos em seu claustro, é uma busca por empatia, por contato. É como a utopia que Roland Barthes propunha para o ato de escrever nos seus Fragmentos de um discurso amoroso: "A linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro. É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos, ou dedos na ponta das palavras". A glosa pede o gozo.

Digitized by Google

Esse jogo de glosa e gozo, é um jogo de afeto, de sedução. Gilles Deleuze, um filósofo francês que gosto muito, dizia existir algo que ele chamou de "intercessores", que nos levam a sair da nossa paralisia e... criar. Um intercessor pode ser uma pessoa, ou uma música, uma obra de arte, um filme, um livro, um encontro, um acontecimento... então esses intercessores nos sacodem e nunca mais somos os mesmos depois deles. A sedução pode gerar um afeto que pode gerar uma mudança. O prazer do diálogo e da troca de ideias vale mais do que acreditar que você é dono da verdade definitiva. "Minha solidão alegra-se com essa elegante esperança".

Digitized by Google

A AMAZÔNIA "REVELADA" E A AMAZÔNIA "INTERPRETADA" (I)

Publicado em 27 de junho de 2016.

Em 1966, o escritor paraense Leandro Tocantins (1919-2004) teve publicado, pelas Edições do Governo do Estado do Amazonas, uma série de conferências feitas por ele na Universidade de São Marcos, em Lima, no Peru. Em uma delas, intitulada Reveladores e Intérpretes da Amazônia, o autor se propõe a realizar uma análise da produção literária e científica a respeito da Amazônia. Empreitada, reconheçamos, bem difícil. Para isso, Tocantins faz um levantamento que abrange autores e obras que remontam ao séc. XVI, até chegar ao século XX.

Ele divide as obras elencadas por ele entre o que chama de reveladores e intérpretes. Reveladores seriam os autores que, de alguma forma, teriam descrito a região, mesmo que fantasiosamente ou imprecisamente, mas mesmo assim, teriam contribuído para "apresentá-la ao mundo". Já intérpretes seriam aqueles que teriam ido além do descritivo e chegado ao "sentido real das coisas", realizando uma análise social e antropológica que iria além da simples especulação e observação.

Na listagem efetuada por ele, aparecem, em primeiro lugar, as crônicas de viagem escritas pelo frei Gaspar de Carvajal e pelo jesuíta Cristóvão de Acuña, que acompanharam as expedições do espanhol Francisco de Orellana, em 1535, e do português Pedro Teixeira, em 1637. Marcadas pelo fantasioso e pelo "entusias-

Digitized by Google

mo ingênuo", mesmo assim elas seriam o "primeiro relato pormenorizado das características geográficas e etnográficas do mundo amazônico", fazendo parte do "ciclo de descoberta e integração da Amazônia ao sistema político europeu".

Seguindo seu panorama, o autor apresenta então o texto do capitão português Simão Estácio da Silveira: a Relação Sumária das cousas do Maranhão, seguido da Descrição dos Estados do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas, de Maurício de Heriarte, da Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, de João Felipe de Bettendorf e do Tesouro Descoberto no máximo Rio Amazonas, do jesuíta João Daniel. Esses cronistas, muito embora ainda "excitados psicologicamente" com a grandiosidade da nova descoberta, estariam dentro de uma "linha sociográfica" de estudos do "homem, da natureza e das primeiras relações sociais já realizadas com o intuito de colonização permanente".

O primeiro aparte nessas "crônicas do entusiasmo" seria feito pelo Padre Antônio Vieira, que, sem "amenidades ou romantismos", é o "primeiro a ver a Amazônia com espírito da realidade". Depois de Vieira, Leandro Tocantins dá um grande salto temporal, para meados do séc. XVIII, e apresenta a seu leitor "a primeira tentativa de revelação científica da Amazônia", a saber, a "viagem filosófica" do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que escreveu uma obra "enciclopédica", abrangendo uma vasta gama de saberes, como a etnografia, a zoologia, a botânica, a mineralogia, a agricultura e a navegação. Essa obra responderia a um interesse por parte da metrópole lusitana em "conhecer realisticamente o meio amazônico".

Digitized by Google

Se no séc. XVIII Leandro Tocantins cita somente o nome de Alexandre Rodrigues Ferreira, o séc. XIX é para ele marcado pelas viagens de vários nomes da "ciência universal": Johann Baptiste von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, que na obra Viagem pelo Brasil, relatam sua passagem pela Amazônia em 1819, descrevendo-a de forma "fidedigna e minuciosa"; Henry Walter Bates, descrevendo seus 11 anos passados na Amazônia em Um naturalista no Rio Amazonas, e Alfred Russell Wallace, com a obra Uma narrativa de viagem pelo Amazonas e Negro, descrição de sua viagem realizada em 1848, apresenta a Amazônia com "revelação científica" e "depoimento social"; e o casal Louis e Elizabeth Agassiz com seu relato Viagem ao Brasil, de 1868.

Essas obras, segundo Tocantins, pertenceriam ao grupo dos reveladores. Ele explica que "toda essa literatura – informativa, científica, sociográfica – embora inspirada no meio, ainda não possuía maiores raízes que a identificasse mais intimamente com a sociedade, com a economia, expressando um espírito peculiar, um modo de ser, uma visão cósmica da Amazônia".

A "alma regional", "as raízes da terra" começam a se delinear no "ciclo das drogas do sertão", manifestando-se principalmente na literatura. Sendo assim, a Muhraida, poema épico sobre a "pacificação" dos índios Mura, de Henrique João Wilkens, publicada em 1819, seria a "primeira manifestação do espírito regional", e o primeiro "romance amazônico". E a obra Simá, publicada em 1857, de autoria do militar Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, juntamente com O Guarani, de José de Alencar, dividiriam o pioneirismo de ser os primeiros romances indianistas brasileiros. A estética realista e naturalista daria "conteúdo e forma ao

Digitized by Google

regionalismo amazônico", por mostrar a forte ligação, na Amazônia, do homem com o meio, dando assim "cor local" à literatura. Leandro Tocantins cita então o paraense Inglês de Sousa e sua obra Coronel Sangrado, de 1877, como o "berço do realismo brasileiro", assim como suas outras obras, O Cacaulista, O Missionário, e Contos Amazônicos. Junto a ele, nesse regionalismo naturalista, figura outro paraense, José Veríssimo, com Cenas da Vida Amazônica, de 1899.

Com o fim do "ciclo das drogas do sertão" e início do "ciclo da borracha", a "alma regional" iria ganhar novos contornos. "A Amazônia, que até então se povoara mediante o concurso do português e do índio, formando o tipo étnico do caboclo (...) ganhou uma contribuição demográfica respeitável nos contingentes humanos deslocados do árido Nordeste para o deserto verde e úmido. Realizou-se, assim, um processo de adaptação ecológica meio tumultuário, desordenado, próprio das áreas desérticas onde o forte motivo econômico leva o homem aos entrechoques da concorrência e da ambição do ganho".

Para Leandro Tocantins, o autor que melhor descreve esse período da história da Amazônia é Euclides da Cunha. Um misto de "arranco verbal", "capacidade de ver, sentir e captar o realismo amazônico", fez dele um dos maiores analistas, "lançando nacionalmente a Amazônia em novas dimensões". Sob sua sombra, seriam escritas obras de "grandiloquência estilística": Alberto Rangel e seu Inferno Verde, de 1908; Carlos de Vasconcelos, com Os Deserdados, de 1921, e Ferreira de Castro, com A Selva, de 1930. Aparecem nesses romances, segundo Tocantins, uma Amazônia "violenta", "áspera", "dramática". Em contraponto, surgem obras que ele caracteriza como "ufanistas", pois veiculariam uma "reação nativista" con-

Digitized by Google

tra as obras supracitadas, de caráter "negativista" e "pessimista" em relação ao futuro da região. Figuram nessa categoria de "ufanistas", Alfredo Ladislau com a obra Terra Imatura, de 1923, e Raimundo Moraes com: Na Planície Amazônica, de 1926. Marcadas pelo "grandioso" do estilo de Euclides da Cunha, apesar do "lirismo fácil e falso", cumpriram o papel de "chamar a atenção para o Extremo-Norte".

À "fase ufanista" seguir-se-ia a chegada do Modernismo na Amazônia. Na literatura, com Cobra Norato, publicado em 1930 por Raul Bopp, e Puçanga e Matupá, obras de Peregrino Jr., publicadas em 1929 e 1933, respectivamente. O Modernismo também marcaria o surgimento dos primeiros intérpretes da Amazônia: Araújo Lima e Arthur Cézar Ferreira Reis. O autor encerra seu levantamento dos reveladores e intérpretes afirmando que "a geografia espiritual da Amazônia imita a própria geografia física: extensa, fascinante e promissora".

Chama a atenção a familiaridade com que se apresenta este levantamento. Na verdade, ele ainda figura em muitos livros didáticos, e, até em ementas universitárias, na esteira do pensamento que postula a necessidade de se realizar o levantamento de intérpretes da Amazônia, como prelúdio de qualquer tentativa de "compreender a região". Muito embora pareça uma sucessão cronológica autoevidente, que segue desde o "descobrimento", passando pela "conquista", pela colônia, pelo império, até o momento em que se plenifica uma "consciência regional", essa linearidade é passível de ser questionada.

Digitized by Google

A AMAZÔNIA "REVELADA" E A AMAZÔNIA "INTERPRETADA" (II)

Publicado em 04 de agosto de 2016.

Na última postagem, falou-se da possibilidade de questionar a linearidade cronológica dos textos sobre a Amazônia cristalizada e repetida ad nauseam, a exemplo do que faz Leandro Tocantins em sua conferência intitulada Reveladores e Intérpretes da Amazônia, publicada em 1966. Tal questionamento pode ser feito através de um trabalho de mapeamento de obras de interpretação sobre a Amazônia. Constata-se que, desde o século XVI até meados do século XIX, não há nenhum texto que faça menção ao termo "Amazônia".

Algumas publicações que aparecem no final do séc. XIX utilizam o termo Amazônia, mais para definir a área das Províncias do Pará e do Amazonas, ou a bacia do rio Amazonas, do que propriamente para definir uma região com contornos e características específicas. A Amazônia – as províncias do Pará e do Amazonas e o governo central do Brasil, publicado pelo Barão de Marajó em 1883, é a primeira delas. O Barão de Marajó – título dado a José Coelho da Gama e Abreu (1832-1906) – ocupou os cargos públicos de Diretor de Obras Públicas, Deputado e por fim Presidente da Província do Pará. Neste livro, ele afirma no início: "a região amazônica ou Amazônia, como modernamente lhe têm chamado alguns", dando a entender que o uso do termo para designar a região era recente.

Digitized by Google

Le pays des Amazones, de Francisco José de Sant'Ana Nery (1848-1901), o Barão de Sant'Ana Nery, publicado na França em 1885 é outro exemplo. Sant'Ana Nery, também nascido na Província do Pará, passou a residir em Paris a partir de 1874, dedicou-se a "divulgar" a região amazônica e ao fomento da emigração europeia ao Pará. Com semelhantes funções, foi publicada em Gênova, na Itália, entre 1898 a 1902, a revista L'Amazzonia: seu principal objetivo era atrair imigrantes italianos para o Pará.

As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes, publicado por José Veríssimo em 1887, e A Amazônia em 1893, de Luiz Rodolpho Cavalcanti Albuquerque são exemplos de outros livros publicados no final do séc. XIX que utilizam o termo. Esta última, fruto do trabalho de um funcionário do Tesouro Nacional, é uma obra em que se aprecia a grande riqueza da região amazônica. Inclui dados sobre navegação, produção, comércio, tratados, estradas de ferro, colonização e emigração, entre outros.

A partir desta constatação crucial, a dúvida que passa a incomodar é: se a região passa a ser denominada dessa maneira em um determinado momento, como ela era entendida antes disso? Esse questionamento parece resolver-se no fato de que a região teria sido percebida de diversas maneiras ao longo do tempo. Diferentes representações teriam sido elaboradas sobre ela, sendo a que a denominou Amazônia apenas uma entre outras.

Contudo, tal postulado, ao invés de solucionar o problema, gera outro questionamento. Ao lançar a definição Amazônia para quando ainda não era usada, não se estaria incorrendo em um grande anacronismo?

Digitized by Google

Dessa maneira, não parece mais tão óbvio de que os textos selecionados como obras de interpretação da Amazônia aos quais Leandro Tocantins se refere estejam falando da mesma coisa, do mesmo objeto. Da familiaridade, passa-se ao estranhamento. A título de exemplo, podem-se citar obras tão díspares como o Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas, escrito em 1641 por Cristóvão de Acuña, o Tesouro Máximo descoberto no Rio Amazonas, escrito pelo padre João Daniel, entre 1757 e 1766, a Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, escrita por Alexandre Rodrigues Ferreira e publicada no século XIX – estariam essas obras abordando o mesmo objeto, falando sobre a Amazônia?

Partindo desse estranhamento e desses questionamentos, uma problematização muito mais fértil passa então a ser: através de quais procedimentos intelectivos, sob que estratégias institucionais e em que momento teria sido feita a montagem de um conjunto de textos que foram recortados, legitimados e instaurados como obras sobre a Amazônia?

Para essas abordagens mais tradicionais, a Amazônia permanece sempre como um a priori, – não importando como seja definida, ou que representações sejam elaboradas sobre ela ao longo do tempo – ela existe como referente inquestionável por baixo das representações. Contudo, partindo-se de tal problematização, seria possível investigar como a Amazônia, ao longo do tempo, vai se sedimentando, tanto no senso comum quanto na cultura erudita, como um referente fundamental, auto-evidente e não questionado, sobre o qual se formulam diversas representações acumuladas ao longo dos tempos, as quais seriam

Digitized by Google

passíveis de análise, interpretação, crítica e superação. Longe de ser um estudo que se propusesse construir um novo "cânone amazônico", o objetivo seria tentar perceber a construção dos diversos cânones (que inclusive tentam aparecer como o "único cânone") e que são postos em disputa dentro do campo intelectual. No caso, uma análise que consiga dar conta nem de "revelar" ou "interpretar", mas de explicar como vai se construindo e articulando este objeto de saber: a Amazônia.

Digitized by Google

PESQUISA HISTÓRICA NO AMAZONAS: UMA BREVE ANÁLISE (I)

Publicado em 24 de agosto de 2016.

Sentando-se diante de um computador com acesso à internet, para uma visita ao site do Governo do Estado do Amazonas em busca de informações sobre este Estado da Federação, descobrir-se-á que ele é "um Estado singular, privilegiado pela natureza, uma terra de superlativos que conta com uma sociedade dinâmica e moderna, cuja gente simples e hospitaleira vive e trabalha calcada na milenar tradição em lidar com o meio ambiente de forma harmônica e sustentável". Ainda no site, constata-se que neste pacífico paraíso natural "o elemento indígena foi aos poucos absorvendo as influências africanas e europeias, particularmente de portugueses e espanhóis, além de outras correntes migratórias que vieram contribuir para o cadinho amazônico. Daí o amazonense refletir em sua cultura manifestações tão distintas umas das outras como o ritual da Moça Nova, realizado na região do alto rio Solimões, o Festival Amazonas de Ópera, apresentado no suntuoso Teatro Amazonas, em Manaus, e o carnaval de rua, que acontece praticamente em todas as sedes municipais (...) a cultura amazonense vem se renovando e se adaptando aos tempos da globalização, sem, no entanto, perder sua essência e dinamismo".

Avançando-se nos diversos links, verifica-se importante dado: do "processo secular" de formação do "povo amazonense", resultou "um tipo humano singular, o ribeirinho, herdeiro das tradições, usos e costumes da cultura indígena, europeia e africana".

Digitized by Google

No afã de apresentar a história do Estado, evidencia-se que a ocupação humana da região remontaria a mais de 10.000 anos, com populações que conseguiram desenvolver um sofisticado padrão social, a "cultura da floresta tropical", cultura esta que sofreu uma grande "transformação" com a chegada do europeu, que no processo de conquista promoveu um verdadeiro "holocausto" e escravização dos povos indígenas, mas não de forma passiva: o "robusto, forte e corajoso Ajuricaba dos Manaus" defendeu seu território, tornando-se "o primeiro herói do povo amazonense".

E mais: a região do atual estado foi palco de uma revolta dos "ribeirinhos de toda a região" – a Revolta dos Cabanos – que buscou "instalar um governo que privilegiasse os anseios da população em detrimento dos interesses da elite de origem portuguesa, visando ao desenvolvimento regional". Por fim, depois de haver passado por um "aquecimento" econômico em finais do séc. XIX e início do XX, e atravessado mais de 40 anos de crise, teve sua economia reerguida com a criação e consolidação da Zona Franca de Manaus, garantia de "bem-estar social de sua gente, com sustentabilidade ambiental e comprometimento com o futuro".

Cabe aqui uma interrogação: a história do Amazonas, sempre foi vista assim? Afirmações como as que se encontram no site do Governo do Amazonas, que parecem amplamente difundidas no senso comum, em que momento foram formuladas?

Digitized by Google

Partindo dessas questões, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão da produção historiográfica sobre a Amazônia, em duas partes, buscando localizar o momento em que os "excluídos", os "vencidos" e "os de baixo" passam a ser levados em consideração pelas pesquisas históricas sobre a região.

Obviamente, se há um momento em que a historiografia sobre a região passa por um redirecionamento para outras abordagens temáticas, pode-se então contrapor esse novo momento a uma produção anterior que teria outros interesses. Para tanto, parte-se inicialmente de uma breve análise do desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil.

Pode-se dizer que a renovação metodológica e temática na historiografia brasileira é recente. Se até meados da década de 50 tínhamos uma vasta produção de cunho não acadêmico que remontava a meados do séc. XIX, focada em grandes ensaios de enfoque sociológico, de interpretação da história e da cultura brasileira (a busca de compreender um "caráter nacional brasileiro"), feitos em sua maioria por intelectuais sem formação histórica stricto sensu, a partir da década de 1970, ocorre uma maior especialização, com a consolidação e ampliação dos cursos de história no país, principalmente nas universidades do Sudeste. Contudo, ainda se tem nesse período (e até meados dos anos 1980) uma produção que privilegia principalmente estudos de História Política Tradicional de viés economicista.

A elaboração de novas questões, de novos campos de investigação e de uma releitura dos documentos e da exploração de novas fontes, somente será verificada em finais dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, com a plenificação da

Digitized by Google

abertura política decorrente do fim do regime militar e da incorporação, na historiografia nacional, de debates vindos da Europa que remontavam às décadas de 1960-70, principalmente as de origem francesa, relacionadas à Nova História, e as de inflexão neomarxista vindas da Inglaterra.

Se Eric Hobsbawn identifica o surgimento de um interesse no estudo específico da história das "pessoas comuns" no início do séc. XIX com a obra de Michelet, que buscava identificar o verdadeiro protagonista dos acontecimentos, o "povo" francês, os portadores da identidade da nação, contudo, seria somente a partir da década de 1960 que, no círculo de intelectuais marxistas ligados à revista britânica New Left Review, um dele, Edward Palmer Thompson, numa postura revisionista, proporia a superação do viés economicista e mecanicista da análise marxista que desconsiderava a realidade empírica. Conservando a análise classista do marxismo, Thompson, juntamente com outros intelectuais ligados à revista como Georges Rudé e Raymond Williams, ampliou o conceito de classe social, que era ligado estritamente às formas de produção, para uma análise mais geral dos subalternos, dos homens comuns, que partiria da própria percepção desses indivíduos do processo histórico: seria uma "história vista de baixo", conforme o título de seu seminal artigo publicado em 1966.

Caberia então ao historiador rever as fontes já conhecidas e buscar compulsar novas fontes que pudessem esclarecer ao máximo, com pistas e informações, a história dos "de baixo", quase sempre silenciada e escondida sob o manto de uma história oficial. Thompson esclarece bem esta proposta metodológica no prefácio de seu livro publicado em 1975, Senhores e Caçadores, um estudo sobre os salteadores das florestas reais da Inglaterra, os negros (que ficaram assim conhecidos por serem alvos da Lei Negra); dez anos depois da publicação de A

Digitized by Google

Formação da Classe Operária Inglesa, essa abordagem parecia estar bem "amadurecida". Para Thompson, a experiência é um ponto de partida, um referente de onde se parte para construir o discurso historiográfico. Este discurso, embora tenha que se deparar com as dificuldades trazidas pelo desaparecimento de grande parte da documentação judicial sobre os negros e de dispor de poucos e esparsos relatos sobre suas peripécias nas florestas reais, pode ser capaz de recuperar esta experiência perdida, até então, para a História. A experiência dos negros, para o autor, dá acesso a uma realidade do séc. XIX na Inglaterra.

Para tanto, bastaria ler a documentação oficial existente com um olhar diferenciado, um olhar que estava presente em muitas destas próprias fontes, um olhar vindo de baixo. Sua análise conseguiria superar o caráter fragmentário daquela experiência, e conseguiria dar uma visão da unidade e da totalidade de tal experiência, do que nela teria sido essencial para a sua época e, o mais importante, do que nela continuaria sendo essencial para nós, ou seja, o fato de ser ela a expressão da luta de classes, da capacidade do povo de se revoltar e construir territórios culturais próprios, da capacidade humana de, com certa práxis, desmascarar a ideologia que sustenta o poder, que mascara a sua verdadeira face de defensor dos interesses dos proprietários.

Na produção historiográfica sobre a Amazônia, os impactos dessas novas abordagens só seriam notados e efetivados muito tempo depois. Na verdade, a historiografia brasileira dedicou pouca atenção ao estudo da Amazônia. Até meados da década de 1970, foi preponderante a expressão da obra do historiador amazonense Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a região. O conjunto de seus estudos, que vinham desde a década de 1930, transpôs os limites regionais e recebeu reconhecimento no círculo intelectual brasileiro, transformando-se em referên-

Digitized by Google

cia para as subsequentes pesquisas sobre a Amazônia. O foco de Arthur Reis era o passado colonial da Amazônia, e a formação da região, preocupando-se, sobretudo, com a atuação administrativa civilizadora dos portugueses na região. A partir da década de 1970 se dá uma expressiva evolução da produção historiográfica sobre a história da região, tanto em obras de caráter mais abrangente quanto em obras mais específicas, mas é somente a partir dos anos 1990 que iria efetivamente ser incorporada à produção historiográfica sobre a Amazônia a abordagem da "história vista de baixo". Abordaremos essa questão em nosso próximo texto.

Digitized by Google

PESQUISA HISTÓRICA NO AMAZONAS: UMA BREVE ANÁLISE (II)

Publicado em 10 de setembro de 2016.

Citando-se o caso específico do Amazonas, através de uma revisão da produção historiográfica no estado, conforme iniciada em texto anterior, pode-se ilustrar muito bem essa incorporação da seguinte maneira: o curso de História da Universidade Federal do Amazonas só iria consolidar-se plenamente nos anos 1980; desse modo, as pesquisas autóctones sobre a região só foram surgir justamente quando acadêmicos egressos das primeiras turmas de graduação foram realizar seus estudos de pós-graduação em universidades do sudeste; o contato com essas novas abordagens que estavam em pleno debate nessas universidades levou a uma orientação específica de pesquisa.

Pesquisas essas que tinham um forte caráter revisionista da história da Amazônia, fazendo forte contraponto a uma historiografia tida como tradicional, afiliada ainda aos ditames do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e que privilegiava uma abordagem política, econômica e administrativa da história da região, praticamente ignorando aqueles que seriam a maior parcela da população amazônica, os indígenas, que, quando apareciam, eram sempre retratados por essa historiografia como sujeitos passivos e secundários em uma historiografia que privilegiava as ações de governantes, militares e religiosos.

Digitized by Google

Não foi à toa que em 1991 foi publicada uma coletânea de textos intitulada A Amazônia colonial: 1616-1798, organizada pelo prof. José Ribamar Bessa Freire e que reunia textos de alguns dos alunos das primeiras turmas do curso de História da UFAM. Essa pequena obra explicitava bem a proposta revisionista e crítica, de caráter engajado e combatente, a favor dos silenciados e excluídos da história da Amazônia.

Entretanto deve-se frisar que o primeiro trabalho que encaminhou a análise nesse sentido foi a Dissertação de Mestrado de Edinéa Mascarenhas Dias, Manaus – A Ilusão do Fausto (1890-1920), defendida em 1988 na PUC/SP. A historiadora paraense radicada em Manaus, ao analisar um tema muito recorrente na historiografia tradicional, o período do auge da economia da borracha, demonstrou como funcionou a política de organização e disposição do espaço físico e seus mecanismos de controle, expropriação e dominação dirigida aos trabalhadores. A população pobre, os desempregados, assim como os trabalhadores em geral, foram segregados às zonas mais distantes do centro da cidade, ressaltando que na elaboração dos projetos que seriam executados para as reformas urbanas, as estratégias estabelecidas foram amplas, compreendendo uma política de separação e isolamento desses segmentos em bairros distantes da área central da cidade.

A Ilusão do Fausto descortinava outro lado da cidade de Manaus, saído das sombras da Modernidade: os trabalhadores que foram aos poucos afastados do processo de modernização e urbanização realizado no centro da cidade, empurrados para os arredores onde usufruíam pouco ou quase nada de luz elétrica, redes de esgoto, transportes urbanos e abastecimento de água, entre outros ser-

Digitized by Google

viços que modificaram o espaço físico, mantendo inalterada a perspectiva política dos administradores locais que não planejaram a distribuição desses recursos para os menos favorecidos.

Desmistificando o discurso presente na historiografia corrente sobre uma Manaus pomposa ocupada pelos donos do poder e insuflada por uma Modernidade que alcançou a cidade somente ao meio, visto que a outra metade foi privada de sua ação, impondo aos setores populares a desocupação dos espaços considerados privilegiados, isto é, destinados à elite local, a historiadora mostrou que os trabalhadores urbanos rebelaram-se e reclamaram os seus direitos de desfrutar deste espaço urbano, como também exigiram a diminuição da carga horária de trabalho e o fim do controle sobre a sua produção, processando-se nessas circunstâncias as contradições, os confrontos e as greves.

Explicitamente abraçando a perspectiva teórica de E. P. Thompson, trouxe ao debate questões até então esquecidas pela historiografia tradicional, tais como as condições de existência da classe trabalhadora urbana e os mecanismos de controle a que foram submetidos todos os desfavorecidos socialmente.

Dentro da mesma temática, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em minuciosa investigação, tratou das tensões que marcaram a passagem dos estivadores manauaras no decorrer de aproximadamente quatro décadas na dissertação A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925), defendida em 1993 na PUC/SP. Para a autora, embora os trabalhadores, em especial os estivadores em Manaus, tenham vivido entre as práticas de "dominação" e

Digitized by Google

"cooptação", não aceitaram passivamente as normas de conduta impostas pelos poderes públicos para mantê-los sob controle. Suas trajetórias não poderiam ser caracterizadas como um "rosário de derrotas", mas como um longo período de lutas e conquistas.

Fazendo uso do conceito thompsoniano de classe, a pesquisa descortinou criteriosamente o lado oculto da classe trabalhadora, não priorizado na historiografia do Amazonas de então: os estivadores entraram em cena como sujeitos ativos, arquitetos de "sua própria história", no bojo das mudanças ocorridas à época e não como "meros joguetes nas mãos dos setores dominantes".

Francisca Deusa Sena da Costa, na dissertação Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915), defendida também na PUC/SP em 1997, retomou algumas das reflexões feitas por Edinea Dias, especialmente a segregação dos trabalhadores do espaço público, dialogando com Raymond Williams e Edward Thompson. Ao tratar de experiência e cultura operária, contrapôs-se à análise anterior no que diz respeito à circunscrição dos trabalhadores à periferia de Manaus, constatando que a Manaus ideal e a Manaus real existiram concomitantemente. O trabalhador e outros segmentos populares habitaram o centro e os limites do perímetro urbano. Eles aí se mantiveram em maioria, segregados não do espaço físico, mas da visibilidade pública. A pesquisa preocupou-se com o dinamismo dos atores sociais, revelando que os trabalhadores e outros segmentos sociais populares que se tentou segregar reagiam a tal processo e eram visualizados como transgressores da ordem urbana.

Digitized by Google

As pesquisas desenvolvidas nessa década não privilegiaram somente o período republicano, onde estaria os primórdios do movimento operário amazonense, mas, justamente por partir do conceito expandido de classe social em Thompson, reavaliaram os períodos colonial e imperial, buscando recuperar as trajetórias dos trabalhadores e subalternos. Em 1993, na UFF, Patrícia Melo Sampaio defendia a dissertação Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Tendo como objeto de estudo a escravidão negra em Manaus (1840-1880), a autora demonstra que, ainda que a mão-de-obra escrava africana fosse relativamente escassa, teve contribuição essencial para a formação das fortunas em Manaus. A pesquisa questionava, assim, uma das visões cristalizadas pela historiografia "tradicional": a de que a contribuição africana na Amazônia teria sido nula.

Em 1995, duas outras dissertações de pesquisadores saídos dos quadros da Graduação de História da UFAM viriam à luz. Na USP, Francisco Jorge dos Santos defendia um trabalho pioneiro que se debruçava sobre a temática indígena na Amazônia colonial, focalizando na "resistência" à colonização portuguesa. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798) buscava mostrar a contestação por parte de diversos povos indígenas em face da expansão portuguesa na Amazônia, no séc. XVIII, mais especificamente, no período do Diretório Pombalino.

Investigando a legislação pombalina e entendendo as guerras e os levantes indígenas como a materialização da "resistência" indígena à colonização, o autor observa como os Mura, Mundurucu e diversos povos do rio Negro se insurgiram contra a ordem estabelecida, demonstrando, dessa forma, serem agentes de sua história.

Digitized by Google

No mesmo ano, na PUC/SP, Hideraldo Lima da Costa apresentava a dissertação Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discurso dos viajantes – século XIX, que buscava investigar, nas entrelinhas dos relatos de viajantes e naturalistas que passaram pela Amazônia no séc. XIX, pistas sobre o mundo do trabalho e seus conflitos e lutas na Amazônia imperial. Por fim, em 1998, Luís Balkar Sá Peixoto defendia na PUC/SP a tese que apresentava uma visão nova sobre a maior revolta amazônica do período imperial, a Cabanagem: Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem.

Buscando recuperar trajetórias e tensões diferenciadas no interior da Cabanagem, o trabalho rompe com tradicionais visões uniformizadoras do movimento cabano, apresentando-o como heterogêneo e multifacetado. Investiga a composição das fileiras rebeldes a partir das listas de prisioneiros, tomadas como base para compreensão das ações insurgentes e propõe uma revisão geral dos significados até então atribuídos à rebelião. Acompanhado as contradições internas que segmentavam a opunham facções distintas nos grupos dominantes na sociedade do Grão-Pará, questionou o conteúdo nativista e regionalista trazido ao movimento pelas lideranças "brancas" de proprietários e fazendeiros, salientando suas limitações quanto a possibilidade de incorporação das demandas oriundas dos segmentos populares. Analisando autonomamente a multiplicidade da ação popular insurgente, não as enquadrando como manifestações espontâneas, instintivas e inconsequentes, propondo entendê-las como o resultado de deliberações autoconscientes, onde tanto o tipo de ação empregada quanto os alvos escolhidos nessa ação, derivavam diretamente das contradições alicerçadas na base das relações de opressão e controle social cotidianamente experimentadas pelos segmentos populares da sociedade amazônica.

Digitized by Google

A revisão de toda essa produção sobre a região é salutar, pois mostra justamente como esses historiadores autóctones estavam empenhados numa história engajada, combatente, que mostrava uma clara empatia com "os de baixo", com os esquecidos, ignorados pela historiografia de cunho continuísta e elitista que vinha sendo produzida sobre a região. Praticamente todas as pesquisas acima citadas fazem uso do instrumental metodológico postulado pela escola inglesa de história sociocultural. E. P. Thompson, E. Hobsbawn, R. Williams e G. Rudé, todos esses historiadores tinham seus estudos evocados e citados nessas pesquisas; seus pressupostos da "história vinda de baixo" que buscava perceber as classes populares não como agentes passivos, mas sim ativos, com consciência de suas atitudes e das atitudes dos que os oprimiam.

É inegável que o sopro de revitalização que as pesquisas dessa geração pioneira trouxeram para a historiografia sobre a Amazônia, que frutificou em uma pesquisa histórica autóctone que caminha com as próprias pernas, se consolidando no estabelecimento, em 2006, do Programa de Pós-Graduação em História na UFAM, cujo quadro de professores é composto em sua maioria por essa geração de pesquisadores. Pesquisas estas que, no atual momento, servem como balizas para novos desdobramentos investigativos e também como balizas metodológicas, seguindo a orientação inicial de uma História Social que busca resgatar os silenciamentos e exclusões de uma história oficial. Reforçando o que já foi dito: o campo de possibilidades de pesquisa sobre a região está aberto; há muito trabalho a fazer.

Digitized by Google

HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA: VITOR HUGO

Publicado em 22 de setembro de 2016.

Vitor Hugo (1921-2003) foi um padre salesiano de origem italiana que se estabeleceu em Porto Velho, Rondônia. Exerceu a função de padre até a década de 1960, quando deixa de ser da Ordem Salesiana, se casa, tem filhos e passa a ter uma vida profana. Mas a sua trajetória não foi influenciada somente pela experiência religiosa, pois após abandonar o hábito se inseriu na vida civil como um respeitado homem de sapiência. Por ser erudito e versado nas letras e se encontrar numa região onde o conhecimento era considerado artigo de luxo, foi absorvido de imediato nas estruturas administrativas do Território Federal do Guaporé.

Foi nomeado Secretário de Cultura do estado na gestão do governador Jerônimo Santana, em 1985, e posteriormente foi nomeado Reitor pró-tempore em mandato relâmpago da Universidade Federal de Rondônia, em 1988. Além desses cargos de relevância social e política, era o Tradutor Oficial do Estado de Rondônia, versado em Espanhol, Italiano, Francês e Latim. Atuou também como jornalista, tendo criado a rádio Caiari, além de ter sido sócio do IHGSP e do IGHA.

Vitor Hugo vivenciou o final do momento de expansão das Ordens Religiosas na região. Era um contexto favorável ao discurso civilizatório, pois nos anos 40 e 50 ainda se vivia o “novo” surto da borracha em função da Segunda Guerra. O contato entre a incipiente população urbana e os povos nativos ainda era intenso. É nesse período que vemos surgir alguns personagens que ficaram marcados na

Digitized by Google

memória popular como "sertanistas": caso de Francisco Meirelles, Chefe do SPI; de Dom Xavier Rey, 1º Bispo da Prelazia de Guajará Mirim e Costa Marques no Vale do Guaporé e o médico do Território Federal do Guaporé, Ary Pena Tupinambá, que registrou o seu contato com as populações nativas.

Em 1959 foi publicado seu livro Desbravadores, em dois volumes. Fruto de mais de 12 anos de pesquisas em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras, a publicação abordava a história eclesiástica do vale amazônico, privilegiando em sua análise a prelazia de Porto Velho. Em volta do tema da catequese do vale, é traçada a crônica da região. A hipótese principal da obra é que as ordens religiosas (principalmente jesuítas e salesianos) seriam as verdadeiras "desbravadoras" da região do Vale do Madeira, contrapondo-se aí aos nativos – vistos pelo autor como gentios antagônicos à civilização – e aos colonos preocupados principalmente com ganhos econômicos.

Os missionários são retratados como os desbravadores da região, são os grandes heróis que "amansaram" os nativos a partir do "amor e da fé" ao invés da "violência". Eles prepararam terreno para a grande obra civilizatória iniciada no séc. XVII, com o trabalho dos primeiros missionários. Vitor Hugo ressalva que "(...) a região do alto Madeira entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo, liberta de qualquer outro compromisso. De maneira genuína e diferente de muitas regiões do norte brasileiro. (...) os Jesuítas foram os verdadeiros descobridores do Rio Madeira!" (Hugo: 1959, 25, 68). Podemos, a partir de sua narrativa, depreender o caráter de panaceia que ele atribui à presença e à atuação das ordens religiosas na região e que essa abordagem perpassa toda sua obra.

Digitized by Google

Ao mitificar a colonização o autor acaba por construir uma versão épica dos seus heróis e camufla a sua tragicidade. A colonização, de fato, se caracterizou pela fixação territorial dos novos atores, gerando choques violentos com a população local. Esta mitificação traz em si algumas implicações funestas. A apologia continuamente afirmada acaba por ser aceita como realidade, vindo a se tornar o alicerce na construção de uma identidade regional. A historiografia sobre a região cria de um lado o herói épico personificado nos missionários e de outro o anti-herói desvalido personificado nos povos nativos. As representações adquirem status de verdade, pela imposição simbólica na memória. Estas representações terminam por inculcar a legitimidade da ordem dominante por meio de um longo processo de "ensino".

Esta perspectiva mascara o sentido da colonização, sua inserção num contexto socioeconômico mais amplo e, principalmente, a possibilidade de outros sujeitos atuarem nesta história, visto que aqueles que não compartilhem dessa "identidade" regional serão apagados da memória coletiva. É interessante observar que todo discurso utópico sempre imola suas vítimas em nome desse próprio futuro melhor.

O autor constrói uma visão histórica evolucionista, onde a "evolução" é vista como um processo natural que leva à "melhoria social". Defensor do progresso econômico e tecnológico, atribuindo à cultura ocidental o papel de grande condutora dos "incultos" na marcha inexorável para um futuro melhor, Vitor Hugo endossa uma postura que reflete uma visão utilitarista em relação ao "primitivo", colocando-o como objeto de dominação legítima e irreversível, tudo em nome do "progresso".

Digitized by Google

Sua visão reproduz os estereótipos da literatura e da historiografia oficial que projetam uma imagem pitoresca e selvagem da região para o restante do país "desenvolvido". Um "vazio construído" na base do genocídio continuado das populações indígenas e como a porção exótica passível de ser "domesticada". Vitor Hugo reafirma essa imagem assentada de terra sem história, propícia para os labirintos do esquecimento. Ao rotular a região enquanto um "vazio cultural" menospreza a cultura das populações nativas reforçando uma ideologia "aplainadora" da integração nacional e ao mesmo tempo ocultando as guerras da "fronteira humana" travadas diuturnamente.

Digitized by Google

HISTÓRIA E MISTIFICAÇÃO

Publicado em 10 de outubro de 2016.

No texto anterior, falei um pouco da vida e da obra do padre salesiano Vitor Hugo. É que nos anos de 2003 e 2004, fiz parte do Projeto de Pesquisa "A construção da identidade regional e suas representações", coordenada pelo Prof. Valdir Aparecido de Souza, vinculado ao Centro de Estudos do Imaginário Social, da Universidade Federal de Rondônia. A proposta era fazer uma análise da produção de um discurso identitário e de uma história regional em Rondônia.

Àquela altura, ninguém havia abordado analítica e criticamente a obra de Vitor Hugo. Ele era um autor duplamente esquecido: em primeiro lugar, por não ser objeto de estudos e pesquisas, e, em segundo lugar, por ser glosado ad nauseam pelos memorialistas e diletantes do Estado de Rondônia. Lembro-me como hoje da exasperação de um avaliador, quando da realização do Seminário Parcial de Pesquisa. Ele comentou da minha "ousadia" em querer analisar a obra de Vitor Hugo em apenas seis meses – "um intelectual respeitadíssimo", disse ele (coisa lamentável é a sacralização, que faz alguém ser apenas REconhecido e não conhecido!).

Na verdade, o que eu queria era acenar para a necessidade de um debate mais que necessário sobre o que esses autores afirmaram, de que forma eles buscaram legitimar origens, apontar explicações e fundar uma identidade para o Estado através da História. De forma nenhuma o objetivo foi desprezar tal pro-

Digitized by Google

dução; pelo contrário, sempre tentamos botar a fluir esses discursos, já que notamos um desinteresse muito grande por parte da população e das autoridades políticas e intelectuais do Estado quanto à cultura, à história e à memória de Rondônia.

Foi dessa maneira que, depois de analisar a obra de Vitor Hugo, fiz também uma análise da obra de Emanuel Pontes Pinto. Nascido em 1924 no Pará, este veio para Rondônia na década de 1940, tendo sido seringalista, político e empresário. Além disso, Pontes Pinto esteve envolvido na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia, em 1979, e da Academia de Letras de Rondônia, em 1986 (sim, o provincianismo intelectual em Rondônia é tardio). Resolvi analisar o seu livro de estreia, "Caiari – Lendas, Proto-História e História" publicado em 1986. Abaixo seguem algumas considerações feitas na análise. Creio que ainda são válidas e podem ser inseridas numa percepção macro da historiografia amazônica.

Muito embora tenha se graduado na primeira turma de História da Universidade Federal de Rondônia (1986), a escrita de Pontes Pinto é marcada pelo ensaísmo e diletantismo. A maior parte do livro supracitado dedica-se a, através de uma forma fantástica e, por vezes, mirabolante, apresentar lendas sobre possíveis visitas de navegadores fenícios e hebreus a uma civilização na região amazônica, em busca de ouro e madeiras nobres para o império do Rei Salomão. Ele diz que:

Digitized by Google

Os navegantes fenícios saíam do mar Mediterrâneo pelo estreito de Hércules e rumavam para o Ocidente até o longínquo reino dos Inin ou dos Crentes, que ficava além das grandes ilhas, depois das regiões das calmarias, das tormentas e das correntes, no centro de uma mesopotâmia, em região tropical onde foram erguidas três grandes cidades – Ofir, Tarschisch e Parvaim – e lá eles chegavam depois de muito navegar por um mar de água doce, com inúmeras ilhas e afluentes. (...) Falavam os marinheiros que Manoa, capital desse império sertanejo, era calçado de ouro 'onde não havia menos de três mil operários empregados na Rua dos Ourives e a suntuosidade do palácio imperial impressionava. A cidade ficava numa ilha formada por um lago', o paço era de pedra alva; à entrada erguiam-se duas torres e entre elas uma coluna de 25 pés de alto; no seu cimo via-se uma grandiosa lua de prata e presos à sua base com cadeias de ouro estavam dois bois vivos. (...) A rota dos argonautas dos mares externos foi perdida e os cataclismos sumiram com muitas ilhas que lá existiram. As comunicações entre os povos que viviam nos extremos do mundo, foram rompidas. Nunca mais hebreus, fenícios e outros povos tiveram notícias do fabuloso reino dos Inin e de suas cidades de Ofir, Tarschisch e Parvaim. Elas ficaram perdidas até para a História. (1986: 48-51)

Digitized by Google

Buscando estabelecer uma cronologia, o autor traça o seguinte esquema: A Proto-História a que ele se refere no título da obra seriam essas viagens fantásticas feitas por povos fenícios e hebreus a uma evoluída civilização de descendência semita na América, civilização esta que se extinguiu após um "cataclismo" (1986: 108-109). A História se iniciaria com a chegada de portugueses e espanhóis no séc. XVI e com a consequente atuação dos bandeirantes. De forma bastante eurocêntrica ele afirma:

> o indígena brasileiro regrediu sensivelmente [após o cataclismo que extinguiu a avançada civilização precedente], mas este fato não fez desaparecer a possibilidade de ter abrigado esta região setentrional, antiga civilização, e os vestígios dela aí estão, expressos por um erudito, a desafiar as críticas e conclusões de outros. (1986: 86).

O erudito a quem Pontes Pinto se refere é Onffroy de Thoron, que viveu no séc. XIX e pesquisou e escreveu sobre a suposta visita das embarcações fenícias. O autor também usa como referência o Antigo Testamento. Não nos cabe aqui entrar no mérito da questão da legitimidade ou veracidade de tais lendas. O que queremos frisar é a forma mística com que o autor faz a sua explanação, de forma praticamente acrítica e ingênua, apresentando essas ideias como verdades inquestionáveis que ele usa para incrementar e legitimar seus argumentos. Além do mais, na tentativa de estabelecer uma continuidade histórica entre Israel no auge do reinado de Salomão com a Amazônia, Pontes Pinto não faz uma crítica

Digitized by Google

hermenêutica e histórica da Bíblia, ele simplesmente aceita como uma realidade dada o que o livro diz. Também não leva em consideração a análise do imaginário europeu à época das "grandes navegações" (a ideia do paraíso perdido, do Eldorado) nem efetua uma problematização dos autores que ele usa e cita. As mudanças, os acontecimentos se dão, nas palavras do próprio autor, "num passe de mágica" (1986: 179), sem nenhuma explicação mais aprofundada.

Um ponto importante a ser observado é o salto histórico que o autor efetua em sua narrativa. Primeiramente, liga a Antiguidade à Modernidade sem maiores problematizações. Por último, liga a Antiguidade à República Brasileira: a parte final de seu livro apresenta o Mal. Rondon como uma espécie de bandeirante e desbravador moderno, um grande herói místico e sábio, que teria descoberto uma mina de ouro ligada à fantástica época das viagens fenícias a qual batizou e registrou como "Urucumacuã". Segundo Pontes Pinto, essa era uma mina de difícil acesso, porém de extrema abundância aurífera, de tamanho porte que somente a sua exploração resolveria os problemas econômicos brasileiros. Getúlio Vargas inclusive teria incumbido Rondon de encontrar a mina e explorá-la para tal fim, porém, misteriosamente, ela nunca mais foi encontrada. Numa clara alusão e reatualização da ideia do Eldorado. Ele afirma que:

> a penetração sistemática foi feita pelos seringueiros, caucheiros e poaieiros, com o advento, na região, do extrativismo vegetal, que obteve maior incremento mais para o noroeste. O silêncio secular da selva, desde então, foi quebrado pelos estampidos dos rifles de repetição dos

Digitized by Google

invasores, nos entreveros com os naturais armados de arco e flecha. A prepotência do mais forte, isto é, do mais bem armado e municiado, contra o mais fraco, prevaleceu mais uma vez, naquela luta constante e sem quartel. Estava inaugurado o ciclo do grande genocídio a que o País e a humanidade assistiram, sem reação. Um povo primitivo passou a ser exterminado ferozmente, em holocausto a uma visão bisonha de progresso. O Brasil, enquanto colônia portuguesa, foi atingido por muitos acontecimentos que prejudicaram a sua geografia e sua história. Depois, com o Império, já emancipado política e administrativamente, padeceu por falta de legislação adequada que o protegesse contra os assaltos criminosos à sua ecologia invulgar e às criaturas que viviam em estágio selvagem ainda, atrasadas no tempo e no espaço, dentro de suas fronteiras, mas portadoras, naturalmente, de todos os dons que destinguem [sic] o ser humano. Ao raiar do século XX, com uma República trôpega, esforçando-se para afirmar-se, nada se fez para coibir a dizimação do nativo, que lutava pela preservação dos seus valores e de seu espaço vital. Ouviu-se, então, no anfiteatro mato-grossense, palco dessa cena deprimente, uma voz firme e autoritária, tentando, embora tardiamente, a pôr termo

Digitized by Google

> àquele estado de guerra permanente. – 'Morrer se preciso for, matar nunca'. Como um profeta, Rondon surgiu neste longes, pregando, também, a boa nova do amor. (1986: 180)

É preciso aqui frisar como o autor conduz o tom de sua narrativa. Onde tudo antes era só aventura e bravura, viagens fantásticas, abundância e riqueza, passa a ser massacre e desalento, involução e primitivismo; à mesma maneira que Vitor Hugo, Pontes Pinto também elenca o seu "desbravador": Rondon, o verdadeiro "Jesus dos trópicos", trazendo a paz, a justiça e o progresso.

O que percebemos a todo o instante na leitura desta obra é a tentativa constante de seu autor de constituir um passado longínquo, um mito fundador fantástico para a região, que lhe dê importância no cenário histórico nacional, por ser palco de riquezas que serviram a um império bíblico. Visando legitimar uma história pomposa e gloriosa, com grandes fatos, personagens e heróis, acima do "primitivismo" dos silvícolas que habitavam a região, o autor pratica História como mistificação. De fato, este livro de Pontes Pinto ecoa outro livro, a saber, Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica, do amazonense Bernardo Ramos, publicado em 1930, e que segue a trilha aberta pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos sócios, em suas primeiras décadas, se esforçaram em tentar encontrar vestígios de uma grande civilização que pudesse abrilhantar a memória e o passado da nova nação, que não queria de forma nenhuma estar associada aos nativos que massacrou simbólica e fisicamente.

Digitized by Google

BIBLIOGRAFIA

PINTO, Emanuel Pontes. Caiari – lendas, proto-história e história. Rio de Janeiro, Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1986.

Digitized by Google

AMAZÔNIA: VIDEOGRAFIA NO ARQUIVO NACIONAL

Publicado em 12 de junho de 2017.

O site do Arquivo Nacional através do Portal Zappiens, possui um rico acervo de vídeos. Em sua grande maioria, produções governamentais de caráter informativo produzidos pela Agência Nacional de Notícias. Há vários vídeos sobre a Amazônia, inclusive contemporâneos (principalmente palestras em eventos científicos). Aqui vou me ater a alguns vídeos produzidos ao longo das décadas de 1960-70, todos de marcado caráter laudatório a respeito das ações políticas e administrativas da ditadura civil-militar. Para os interessados no período, constitui-se como uma importante documentação para análise.

Começo com um que não faz parte do recorte proposto. É um filme da série Cinejornal Informativo, nº 23, de 1955, intitulado de "Recuperação da Amazônia", apresentando ações da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Vemos, no vídeo, entre outras imagens, a de um Arthur Reis de meia idade, exercendo as funções de Superintendente da instituição. Infelizmente, o vídeo está sem áudio.

Já no recorte 1960-70, o Cinejornal Informativo nº 11, de 1965, mostra a visita do Presidente Castello Branco ao Amazonas, onde recebe o título de cidadão Benemérito do Amazonas, na Assembleia Legislativa, além de visitar as dependências do Hospital Getúlio Vargas e do Patronato Salesiano Santa Teresinha.

Digitized by Google

Em 1966, foram produzidos três Cinejornais Informativos com referências à Amazônia. O de nº 41, que mostra outra visita de Castello Branco ao Amazonas, mais especificamente no conjunto residencial da Cooperativa do Amazonas e nas instalações da Vila Militar, além de uma visita a Roraima para inaugurar um hospital. O nº 51 documenta, entre outras coisas, a visita do Presidente Castelo Branco ao Acre e ao Território Federal de Rondônia, além da reunião, promovida pela Confederação Nacional da Indústria, de governadores dos Estados e Territórios que integravam a área da SUDAM, com a assinatura da Declaração da Amazônia (não preciso nem dizer que Arthur Reis, à época governador do Amazonas, estava lá!). O de nº 54 apresenta com mais detalhes a reunião supracitada, onde estiveram presentes os governadores: do Amazonas (Arthur Reis), do Pará (Alacid Nunes), do Maranhão (José Sarney), de Goiás, do Acre e dos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima. Há também imagens de uma visita às fábricas de juta em Parintins e Santarém, e ao Forte de São José de Macapá.

Já em 1967, o Cinejornal Informativo nº 56 descreve a Conferência de Chefes de Missões Diplomáticas do Brasil nos Países Limítrofes da Região Norte. Já em 1968, o Cinejornal Informativo nº 106 mostra a assinatura de projetos em defesa dos seringais do Acre, além de uma reunião comandada pelo Presidente Costa e Silva para estabelecer planos administrativos para a Amazônia.

No ano de 1968, há três vídeos, todos Cinejornais Informativos. O nº 107 mostra o Presidente Costa e Silva recebendo o título de cidadão amazonense, além de visitas suas à capitais nortistas. O nº 126 documenta o embarque de estudantes no navio Barroso Pereira, no Rio de Janeiro, com destino à Amazônia (Projeto

Digitized by Google

Rondon). O nº 142 apresenta a construção de barcas para transporte comercial pela Empresa de Navegação da Amazônia.

No ano de 1970, três vídeos curtos foram editados. O primeiro deles, intitulado "Região Amazônica", apresenta aspectos da flora, fauna e do desenvolvimento da região, com um slogan bem ao gosto desenvolvimentista no final: "Amazônia, nova etapa para o desenvolvimento harmônico do país". O segundo, chamado "A Transamazônica" mostra a inauguração das obras da rodovia, com as presenças do presidente Médici e do ministro dos transportes Mário Andreazza, aplaudindo e aprovando a derrubada das árvores... Por fim, há um último vídeo chamado "Atuação da marinha na região Amazônica", mostrando o patrulhamento dos rios.

No ano de 1971, encontrei outros três vídeos. Um é da série Brasil Hoje, nº 10 e apresenta demonstrações de aviões em operação na Amazônia, realizando transporte de passageiros e "assistência aos índios". Há também um pequeno documentário intitulado "Nem inferno, nem paraíso", documentando a atuação dos operários e técnicos da Petrobrás na Região do Rio Mamoré, Amazonas, à procura de petróleo, com direito a cenas de desmatamento (que na época era algo extremamente desejável), sondagem de áreas prováveis para perfuração, acampamento e vida cotidiana, tudo isso acompanhado por uma narração pretensamente poética. "Operação Carajás" é outro pequeno documentário que mostra manobras das Forças Armadas na Região Amazônica: treinamento anti-guerrilha, aspectos da rodovia Transamazônica, e prestação de assistência médico-odontológica, pelo Exército, às populações locais.

Digitized by Google

Em 1972, há mais três vídeos: Brasil Hoje nº 16 mostrando mais manobras militares do Comando Militar da Amazônia e a atuação da Operação ACISO. "Correio aéreo nacional da Amazônia" e "Transporte aéreo na Amazônia" apresentam imagens da atuação da FAB, do CANAM (Correio Aéreo Nacional da Amazônia), do ETA (Esquadrão de Transportes Aéreo) e do Serviço de Salvamento Aéreo (SAR) na manutenção de aviões, no atendimento à acidentes, e no transporte aéreo de passageiros na região amazônica.

Já em 1973, há dois vídeos: Brasil Hoje nº 36, que mostra o Presidente Médici no início da construção da Estrada Perimetral Norte e Brasil Hoje nº 40 apresenta a palestra de Jarbas Passarinho sobre as medidas do governo na Amazônia, no 3º Seminário sobre a Realidade Amazônica, em Águas de Lindóia.

Em 1974, mais dois vídeos: "A integração da Amazônia", que mostra imagens das obras da rodovia Transamazônica e das agrovilas do INCRA. Já Brasil Hoje nº 52 apresenta o Presidente Médici inaugurando o 3º trecho da Transamazônica. Brasil Hoje nº 88, de 1975 mostra aspectos da cidade de Manaus: Zona Franca, Distrito Industrial, Estação de Tratamento de Água, além da visita do presidente Ernesto Geisel às obras do Aeroporto Internacional e a reinauguração do Teatro Amazonas. Brasil Hoje nº 118, do mesmo ano, tem o pomposo título de "No pórtico da Hiléia Monumental", e mostra aspectos de Belém: do Banco da Amazônia ao Círio de Nazaré.

Do ano de 1976, encontrei mais três vídeos. Brasil Hoje nº 131, mostra a visita do Presidente Ernesto Geisel à Macapá e à Belém para inauguração de obras pú-

Digitized by Google

blicas. Brasil Hoje nº 165 mostra, entre outras coisas, a inauguração da Usina de Beneficiamento da Borracha, em Lábrea, pelo então governador Henoch Reis, como etapa do projeto Operação Seringueira. Brasil Hoje nº 176, intitulado "O desafio da Amazônia", apresenta o depoimento de um casal de agricultores sobre as condições de cultivo da terra e da vida nas "agrovilas" ao longo da BR-163.

Já em 1977 encontrei quatro vídeos da série Brasil Hoje: o de nº 188 que mostra visita de Ernesto Geisel a Vila Rondônia, em Porto Velho; o de nº 203 que apresenta o levantamento topográfico feito pelo INCRA, para distribuição de terras a empresários em Roraima, com direito a entrega do primeiro título de propriedade a um índio; o de nº 208, documenta a visita de Geisel a Rio Branco, Acre. E no de nº 212, Geisel visita Santarém para inaugurar obras públicas. O último vídeo que encontrei é de 1978, Brasil Hoje nº 253, apresentando a visita de Geisel à casa de um colono na "rurópolis" do INCRA, entre Itaipu e Altamira.

Os vídeos são uma boa demonstração sobre como é trabalhado em vídeo o discurso desenvolvimentista apregoado pela ditadura civil-militar (e tão caro a todos os governos brasileiros).

Digitized by Google

O OLHAR DO HISTORIADOR

Publicado em 22 de junho de 2017.

"Quem vê mal, vê sempre menos", disse Nietzsche em um de seus aforismos. No caso do ofício de historiador, a angústia do bem ver nos espreita de perto e cedo nos mostra que, nesse ofício, o bem ver não se dá de maneira simples, sempre marcado por jogos especulares, pontos cegos, ilusões de ótica, e até por miopias e cegueiras.

O olhar do historiador se lança no tempo, mas é também um olhar do tempo, trazendo em si a inescapável marca da historicidade. Por historicidade entendemos o procedimento de colocar em perspectiva temporal e espacial a atividade humana no tempo. Dessa maneira, entendemos que somos nós que construímos e reconstruímos nossas representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram nossa história.

Ao lançarmos nosso olhar no tempo vivido, somos influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivemos: a temporalidade condiciona no tempo aquilo que podemos ver do tempo. Contudo, não teríamos aí um olhar no tempo, mas olhares no tempo, pois na dinâmica da temporalidade o olhar é múltiplo, levando esse vivido a ser interpretado e reinterpretado, apropriado e reapropriado, construído e reconstruído através da narrativa histórica.

Digitized by Google

Quem nos fala disso de maneira precisa é Paul Ricoeur ao afirmar em sua obra Tempo e Narrativa que "o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal" e François Hartog, praticamente complementando Ricoeur quando diz em Evidência da História que "as escalas sucedem-se, uma cronologia narrativa instaura-se, uma cena no presente passado é seguida por outra, progressivamente a narrativa comprime o tempo. A ordem da narrativa transforma-se na ordem do tempo".

Contudo não tenhamos a ilusão de que esses olhares são olhares neutros, que essa narrativa é uma narrativa descompromissada, mas assumamos a carga ética de que somos responsáveis enquanto historiadores, ao lembrarmos do que afirmou o historiador francês Michel de Certeau em seu livro A Escrita da História: a narrativa historiográfica é o "espelho do fazer que hoje define uma sociedade, sendo ao mesmo tempo sua representação e seu reverso". Que então, o nosso olhar no tempo e do tempo, seja, como quis este brilhante historiador, uma testemunha, ainda que frágil, e que traga nele a crítica necessária.

Digitized by Google

O MURMÚRIO DAS SOCIEDADES

Publicado em 05 de janeiro de 2018.

D. Aldamira Vieira de Souza, minha sogra, c. 1970.

Início o ano de 2018 e retomo a publicação de artigos por aqui escrevendo um texto inspirado pela minha sogra. Calma, leitores, não será nenhum texto sobre sogras no estilo satírico tão repisado no senso comum brasileiro. É que, revendo alguns álbuns de fotografias em casa, encontrei um álbum de família de minha esposa e uma foto, em especial, chamou minha atenção. Ela tinha pra mim aquilo que Barthes chamava de punctum.

Trata-se de uma antiga fotografia em preto e branco, onde minha sogra, d. Aldamira, posa com certo garbo, enquanto segura, de um lado, as trouxas de roupa, e na outra mão empunha um cacete, objeto utilizado para, literalmente, bater as roupas que eram lavadas, geralmente às margens de igarapés. Segundo minha esposa, a foto teria sido tirada pelo seu pai, por volta de meados da déca-

Digitized by Google

da de 1970, quando moravam no bairro da Compensa. Ele havia comprado uma câmera fotográfica Pentax para fazer registros da família.

O que mais me capturou nessa foto não é que ela me permitiria contextualizar o cotidiano de Manaus quando ainda existiam os igarapés limpos, ou qualquer coisa relacionada aos mundos do trabalho ou da classe trabalhadora, mas simplesmente porque ela me mostra um lampejo dessa tentativa de estetização do cotidiano, por mais duro que fosse, numa foto (que me lembrou por um instante A mulher mameluca de Eckhout!) feita não por um fotógrafo ou artista, mas por um homem simples.

O sociólogo José de Souza Martins, em seu livro A sociabilidade do homem simples, afirma que para as pessoas ditas comuns, os acontecimentos que ficam na memória são os que têm importância para elas, naquilo que é vivido e decifrado no cotidiano, no local. Para ele, a lembrança das experiências passadas fica marcada nos gestos, nos ritos, nas coisas que nem sempre são capturadas pela documentação escrita, mais ainda quando se trata de pessoas simples, pobres.

É, para mim, o caso dessa fotografia. Ela me faz lembrar as "astúcias anônimas das artes de fazer", como nos falou Michel de Certeau em sua obra Invenção do Cotidiano: uma forma de vivenciar a sociedade de consumo, principalmente para as pessoas comuns, que, embora de maneira fugaz, desviam, escapam dos lugares fixos determinados pela ordem do consumo, e que conseguem sair "do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos".

Digitized by Google

Infelizmente (ou felizmente?) meus sogros já se foram, não podendo eu assim perguntar a eles as motivações, tanto de minha sogra posar para essa foto dessa maneira, como de meu sogro registrá-la, numa época em que as fotografias que, pelo seu custo e raridade, geralmente eram feitas para registrar momentos mais formais. Prefiro observar a foto e deixar que ela cale em mim minha sanha interpretativa. Basta que eles sejam meus heróis quase anônimos. Basta que eles sejam somente esse "murmúrio das sociedades".

Digitized by Google

SOBRE OS NÓS QUE A NÓS NOS LIGAM

Publicado em 12 de janeiro de 2018.

Há nós que prendem. Mas existem nós que ligam. Nós que formam laços. Essa parece ser uma das capacidades mais admiráveis da humanidade: a habilidade que temos de nos relacionar, e, de maneira empática, encontrar afinidades. Desenvolvi ao longo da vida um interesse por histórias, e acredito que, quando contamos e ouvimos histórias, nós realizamos essa mágica da empatia, estabelecendo vínculos mesmo quando viemos de experiências sociais díspares, ou ainda que estejamos afastados no tempo e no espaço.

Tenho dois exemplos para ilustrar isso. O primeiro vem do ano passado, de um dos espetáculos teatrais mais legais que assisti, chamado Autobiografia Autorizada, monólogo de Paulo Betti, onde o ator discorre sobre a história de sua família e de sua trajetória pessoal. O título da peça por si só já é cativante: alguém que permite se dizer, assumindo abertamente a fala, e, ao fazê-lo, retoma o caminhar para si, vislumbrando os rumos e desrumos tomados na própria vida, as experiências que construiu enquanto membro de um grupo, os caminhos que "optou" trilhar pelo fato de não estar sozinho, perceber as estratégias de alguém inserido em uma coletividade para sobreviver às vicissitudes da vida, não só materialmente, mas conservando/reatualizando seus vínculos simbólicos, valores e projetos coletivos.

Digitized by Google

O segundo exemplo é mais recente, e vem do já célebre discurso de Oprah Winfrey na 75ª edição do Globo de Ouro ao receber o prêmio Cecil B. DeMille. Para conferir força à mensagem de protesto em sua fala, ela compartilha, de maneira emocionante, aspectos de sua trajetória pessoal. Um dos pontos altos de seu brilhante discurso foi quando ela declarou que "eu tenho especial orgulho e inspiração por todas as mulheres que se sentiram fortes o suficiente, empoderadas o suficiente para erguer a voz e compartilhar suas histórias pessoais. Cada um de nós nesta sala somos celebrados por causa das histórias que contamos. E, este ano, nós nos tornamos as histórias. Mas não é apenas a história que afeta a indústria do entretenimento. É uma que transcende cultura, geografia, raça, religião, política ou ambiente de trabalho".

Concordo com Winfrey, porque, mesmo não conhecendo pessoalmente tanto ela como Paulo Betti, quando escuto as histórias por eles contadas, sinto-me irmanado a eles. É algo transcendente, que meu pendor crítico de historiador tem dificuldade de compreender, mas que não consigo negar enquanto ser humano. Cada história contada, quer seja por uma pessoa célebre ou por uma pessoa comum, é um nó. Nesse longo cordão da existência, são esses os nós que a nós nos ligam, através dos tempos e dos espaços. Contar histórias nos faz humanos. É a nossa forma de escapar à fugacidade da existência. Todos nós precisamos de espelhos, para lembrarmos quem somos, quem fomos. Todos nós buscamos, no corpo e no caminho, cicatrizes e marcas, e também mais algumas palavras, ainda que parcas, para provar que existimos. Por isso insistimos em criar algum sentido, esticando esse segundo espremido e inventando a nós próprios.

Digitized by Google

FICA O QUE SIGNIFICA”...

Publicado em 19 de janeiro de 2018..

Fica o que significa... Venho escrevendo nas últimas semanas sobre essas questões da memória, do autobiográfico, e acabou que semana passada fui assistir a um filme, ainda em cartaz, chamado Viva – a vida é uma festa (Coco, 2017, Walt Disney Pictures/Pixar Animation Studios). O longa de animação é uma bela história de família, acerto de contas e de perdão, ambientada durante o Dia dos Mortos no México. Não vou aqui resenhar o filme, apenas vou me ater a alguns detalhes da trama que me fizeram pensar em várias coisas.

Miguel, o protagonista, é um garoto de 12 anos apaixonado por música e sonha em ser um violonista famoso, mas se vê às voltas com sua família que é totalmente contra a ideia. Vovó Inês é sua bisavó, a única parente que lhe dá ouvidos, pois ainda lembra de seu pai, o músico que abandonou a esposa e filha e fez com que a música fosse banida da família, apesar de sua memória estar em declínio. No momento mais singelo e emocionante do filme, Miguel lembra a música especial que o pai de vovó Inês cantava para ela quando ainda menina, o que traz de volta as lembranças mais profundas de vovó Inês, de maneira quase mágica, provando que fica o que significa...

Digitized by Google

Miguel canta para sua bisavó e desperta suas lembranças. FONTE: The Disney Wiki

Inevitável foi, para mim, não pensar, nesse momento, no clássico livro de Ecléa Bosi, Memória e Sociedade: lembranças de velhos, publicado pela primeira vez em 1979. O seminal trabalho reunia depoimentos de idosos sobre suas experiências de vida na cidade de São Paulo e as modificações na cidade percebidas por eles ao longo dos anos. Em certa altura do livro, Bosi interroga e responde algo que pode muito bem condensar o espírito do filme acima citado: "qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto".

O filme e suas conexões com a obra de Bosi, também ativaram em mim muitas emocionantes lembranças. Me fizeram pensar no meu avô materno que nunca conheci, nem sequer em uma fotografia... apenas nas descrições e nas lembranças da minha mãe, o suficiente para me siderar pela vida inteira com a

Digitized by Google

presença fantasmática dele: Armílio Liberato da Costa, cearense, soldado da borracha, morto tão jovem por causa do álcool nas várzeas do Uarini. Lembrei-me de minhas duas avós, que partiram há alguns anos e das quais guardo muitas histórias contadas nas longas noites da infância e da adolescência. Pensei em meus pais, ainda vivos, e dos muitos relatos de família por eles lembrados nos encontros e reencontros, já fruto da curiosidade de um filho formado em História.

Por fim, fiquei a refletir no nosso papel de salvaguarda da memória de nossas famílias, de não deixar que essas histórias, que essas pessoas, com suas experiências e trajetórias caiam no esquecimento. Paul Thompson, em A voz do passado, alerta para uma necessidade: "instigar os historiadores a se indagarem sobre o que estão fazendo e por quê. A reconstrução que fazem do passado baseia-se na autoridade de quem? E com vistas a quem ela é feita? Em suma, de quem é a voz do passado?" Ainda que tais experiências possam ser insignificantes para muitos, elas possuem um valor inestimável. As pessoas ditas importantes e célebres têm seus rastros e experiências guardados em museus e centros de memória. O que nós temos guardado de nossos familiares e antepassados que não gozam do mesmo status? Ecléa Bosi pondera que, na memória dos velhos, "fica o que significa". O que dizer de nós? O que vai ficar? O que vamos guardar?

Digitized by Google

CONSTRUINDO UM PAÍS PLURICULTURAL E VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO

Publicado em 26 de janeiro de 2018.

Nesse 2018 que começa vamos para dez anos da criação da Lei 11.645/08, decorrente da Lei 10.639/03 – esta última chegando aos seus quinze anos. Ambas se configuraram como um marco de toda uma trajetória de luta em busca de um Brasil pluricultural e verdadeiramente democrático. Marco este que foi apenas um começo e que traçou novos objetivos e metas em relação à presença da história e da cultura ameríndia e afro-brasileira numa de nossas mais importantes instituições que é a Escola pública.

O continente africano precisa aparecer nas aulas de uma forma que não seja somente como "o continente da escravidão", ou o continente-alvo de políticas neocolonialistas europeias. Longe de um olhar eurocêntrico que só faz a África aparecer na História dentro dos quadros mercantilistas e políticos dos países europeus, é preciso que a África apareça com todos os seus valores e contribuições para a cultura da humanidade. Além disso, conhecer a história do continente africano repercute diretamente no exercício da cidadania dos afrodescendentes brasileiros. Um bom trabalho para abordar questões a respeito é Memória D'África – A Temática Africana em Sala de Aula, de Maurício Waldman e Carlos Serrano.

Digitized by Google

BRASIL PLURICULTURAL E VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO

Os vários povos indígenas que aqui habitavam e habitam, e os vários povos africanos que para cá foram trazidos durante a colonização portuguesa precisam aparecer nos conteúdos não mais como meras vítimas passivas e/ou escravos sem oportunidade ou capacidade de reação e intervenção. Não digo que devemos perder de vista a característica violenta, opressora e genocida que marcou o processo colonizador do Brasil, mas sim, que devemos restituir a esses sujeitos históricos o seu papel de atores ativos e presentes na História do Brasil, conscientes de seu campo de atuação, de suas práticas, de suas decisões, de suas lutas, e não meros reagentes às políticas e ações vindas de cima. As pesquisas recentes na área vêm mostrando cada vez mais a forte presença e atuação de indígenas, africanos e afrodescendentes na vida social, cultural e política, tanto na Colônia, como no Império e na República, num verdadeiro "protagonismo" desses sujeitos históricos na História. Para ficar só em um exemplo de cada caso, conferir Cristina Pompa e seu Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial; Flávio dos Santos Gomes, autor da obra A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX).

Outro ponto importante no que diz respeito à atuação de indígenas e afrodescendentes é que não se pode perder de vista que sua participação política e resistência cultural não se dá apenas de maneira violenta, ou na forma de revoltas abertas, mas se configura de diferentes maneiras, e é presente até os dias de hoje. É importante dar a essas pessoas o direito de terem sua cultura apresenta-

Digitized by Google

da como passível de mudanças, adaptações, negociações, e não os prender a categorias de "sobrevivência cultural", caracterizando-os como exóticos, peculiares ou como representantes de culturas mortas, verdadeiras peças de museus etnográficos. A criação de Cursos Superiores por e para os indígenas é um belo exemplo dessa atuação política nos dias de hoje. A despeito da historiografia clássica sobre a Amazônia ter sempre repetido a desimportância da presença africana na Amazônia, o trabalho de Patrícia Maria Melo, intitulado Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880), mostrou na verdade a importância do elemento negro na economia do Amazonas imperial.

Colocar em discussão a ideia de que o Brasil é um país mestiço, uma "democracia racial", e passar a perceber a forma como foi construída uma identidade nacional assimilacionista e unitária, calcada em ideais etnocêntricos de branqueamento é um passo importante para redimensionarmos a identidade nacional brasileira e apontar para um Brasil pluricultural e verdadeiramente democrático e que respeite as diferenças, rumo a um melhor ideal de democracia. Essa discussão é feita de forma magistral por Kabengele Munanga em Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.

Por último, mas não menos importante, a principal sugestão é o investimento maciço em capacitação e esclarecimento dos professores, pedagogos e diretores. O despreparo só pode nos levar a repetir estereótipos e preconceitos, e além do mais, uma série de mitos duradouros envolvendo a cultura indígena e afro-brasileira encontram repercussão ainda em muitos de nossos melhores educadores. As pesquisas reunidas no livro organizado por Wilma e Mauro Cézar Coelho, chamado Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade são sintomáticas quanto a esse persistente problema.

Digitized by Google

Dentro do ensino de História para o Ensino Fundamental, algumas questões devem ser tomadas como balizas no momento de se construir um currículo que se apresente como proposta de quebra de mistificações, estereótipos e imagens ideologizadas, criadas, reforçadas e repetidas ao longo de séculos a respeito da presença e atuação de ameríndios, africanos e afrodescendentes na História do Brasil. Temos muito trabalho pela frente!

Digitized by Google

ARTHUR REIS E A HISTÓRIA DO AMAZONAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Publicado em 02 de fevereiro de 2018.

> História do Amazonas: Quando os historiadores dos séculos aristocráticos detêm a vista sobre o teatro do mundo, descobrem imediatamente nele um pequeno número de atores principais que dirigem o drama. Estes grandes personagens, que se mantém sempre no palco, também detêm fixo o olhar, enquanto se dedicam a descobrir os motivos secretos que fazem agir e falar a aqueles, esquecendo absolutamente os outros.
> (Alexis de Tocqueville)

História do Amazonas, livro de estreia do historiador amazonense Arthur Cézar Ferreira Reis (1906-1993), publicado em 1931 pela Tipografia Reis, quando o autor contava apenas 25 anos de idade, pode ser apontado como um clássico da historiografia amazonense. Livro que surgiu como o primeiro esforço e comprometimento político de Arthur Reis, enquanto intelectual amazonense, de criar uma identidade regional com especificidades e qualidades singulares, foi a forma como o jovem autor buscou inserir, à época, o Amazonas nos quadros da historiografia nacional, em busca de assegurar a tão almejada valorização e relevância para uma região que havia ficado em segundo plano nessa escrita da História nacional.

Digitized by Google

Ao longo de todo o livro, fica subjacente que a grande luta que acontece no passado da Amazônia, marcando a sua história, é a luta pelo estabelecimento da civilização. Por isso não aparecem na sua narrativa de maneira destacada nem as classes populares e muito menos os povos nativos, sendo que esta última ausência é justificada na breve introdução da obra, pois "ainda é impossível abordar o assunto sem perpetrar erros violentos". A despeito de demonstrar essa cautela, Reis não dispensa uma caracterização singular dos nativos. Estes são apenas coadjuvantes num enredo onde, em primeiro lugar, o autor omite que eles eram os donos legítimos da região e, em segundo, não lhes caracteriza como civilizados, somente aparecendo na narrativa de forma a enaltecer os personagens principais.

Segundo Ferreira Reis, na relação telúrica do indígena com a natureza selvagem da região não existe civilização: esta será implantada pelo conquistador lusitano. Tudo aquilo que se colocar como empecilho a este projeto civilizatório na Amazônia ele verá como negativo. Dessa forma, são inimigos da civilização: o clima amazônico, as dificuldades do meio geográfico e, igualados às características físicas da região, os nativos "bárbaros". Empecilhos que serão superados heroicamente pelo elemento colonizador português, que vai finalmente estabelecer núcleos coloniais de povoamento onde "a indiada vivia contente" e havia "ordem e progresso".

Ou seja: a história da região se configura na atuação heroica dos conquistadores e administradores. Os reveses administrativos de homens de Estado que precisam lidar com situações limites – rebeliões, carência de víveres, invasões

Digitized by Google

territoriais – são apresentados numa narrativa de características claramente trágicas. Mendonça Furtado, Joaquim de Melo e Póvoas, Lobo D'Almada, Tenreiro Aranha, são exemplos de homens que "receberam um encargo pesado, porque era preciso criar tudo, num meio onde se obtinham com dificuldade as coisas mais comezinhas noutras partes". Reis elege os seus heróis estadistas, homens de visão que percebem o potencial econômico da região que estão a desbravar e então estabelecem dias prósperos "resolvendo todos os entraves ao progresso".

Dentre estes se destaca Lobo D'Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro entre 1788 e 1799. Mistura de gênio administrativo e homem santo, puro e iluminado, eleito por Reis o maior administrador do período colonial: todo boas intenções, Almada acabou tornando-se alvo de invejas e maquinações de inimigos políticos que o levarão a morrer de desgosto por ter sua probidade administrativa posta em dúvida. Ao fim do governo de Almada, Arthur Reis conclui, pesaroso, que o Rio Negro "ia atravessar um longo período de amarguras. As vilas e povoados principiaram a viver novamente dias miseráveis". Para Reis a história da região é atravessada constantemente por esses dois momentos contrastantes: um, de alto progresso conduzido por estadistas brilhantes que extraem todo o potencial da região; outro, de verdadeira decadência devido ao descaso de más administrações.

Vejo que essa narrativa trágica da história da conquista portuguesa do vale amazônico é uma resposta de um intelectual tanto às demandas regionais de suas elites quanto ao governo Vargas. Assumindo a postura que marca os intelectuais de sua geração no Brasil, daqueles que tomam como responsabilidade aju-

Digitized by Google

dar o Estado a construir uma sociedade em bases racionais e de traçar a política, a cultura e a consciência nacional, é como se Arthur Reis direcionasse um alerta: para que se atente ao fato de os colonizadores portugueses terem valorizado a região e estabeleceram com sua empresa civilizatória, em vários momentos, um programa de exploração das potencialidades da Amazônia que se revelou próspero em um passado não tão distante.

Caberia então ao emergente Estado varguista retomar esta valorização da Amazônia inaugurada pelo colonizador português. Ou seja, Reis realiza uma ligação temporal, da empresa civilizatória portuguesa do séc. XVII e XVIII a uma efetiva presença do Estado nacional no Amazonas em crise econômica e esquecido pelos grandes centros do País. Além disso, sua escrita historiográfica se conforma aos padrões demandados pelo Estado Novo, que propunha o enfrentamento do passado brasileiro a fim de se livrar de qualquer sentimento de inferioridade no espírito nacional: o passado deveria ser um "manancial de inspiração" para o presente, para a construção de uma nacionalidade positiva e progressista.

Em História do Amazonas Reis esboça os traços que o levam a assumir o papel do historiador que faz a mediação entre o passado e o presente, projetando-os para um futuro possível para o Amazonas: liga os ideais culturais da colonização portuguesa na Amazônia (da qual é um ardoroso e elogioso defensor) à nova conjuntura política que se ergue no Brasil no início de 30. É um homem que participa de um processo que considera trágico e que busca de forma veemente lutar para se libertar dele, superá-lo: os vários momentos de decadência econômica e abandono que a região atravessou em sua história, desde a colonização

Digitized by Google

até o início da República, sendo a mais emblemática a que foi causada pelo declínio do comércio da borracha e a que Arthur Reis sentiu os efeitos mais vivamente. Para isso buscará a partir de sua primeira obra frisar, ora de maneira sutil, ora de maneira explícita, as forças e potencialidades da região; alertar quanto aos perigos e debilidades, direcionando a um futuro possível de desenvolvimento para a Amazônia, onde os sofrimentos causados pelo abandono poderiam ser superados por uma ocupação humana plena e um aproveitamento das riquezas bem coordenado.

Digitized by Google

ARTHUR REIS, UM LUSÓFILO DE CARTEIRINHA PARTE I

Publicado em 09 de fevereiro de 2018.

Arthur Cézar Ferreira Reis (1906-1993) foi um historiador brasileiro nascido em Manaus. A produção historiográfica de Arthur Reis está inserida no processo de luta de representações pela definição da identidade regional que a partir do início do séc. XX passou a conformar a Amazônia enquanto uma região específica. Arthur Reis buscou instituir, para a Amazônia, ancestrais fundadores, um panteão de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, além de uma paisagem e uma espacialidade, procedendo, enfim, à naturalização de vários dos atributos que viriam a ser associados à região.

A escrita da história de Arthur Reis foi marcada pelo meio caminho entre método crítico e civismo pedagógico. Ao mesmo tempo em que acredita e defende a ideia do Brasil como uma unidade territorial e histórica, que articula Colônia, Império e República numa linearidade, o faz acreditando que essa reconstrução do passado só pode ser comprovada pelas fontes. A fim de legitimar o recorte regional Amazônia, Arthur Reis realiza um diálogo com um saber anterior, nele efetuando um cuidadoso trabalho de seleção de memórias, fatos, personalidades, autores e textos, inventariando determinadas características, costumes, tradições, datas, marcos que são recortados e legitimados como fontes e interpretações autorizadas para se escrever a história da região.

Digitized by Google

Essa característica cívico-pedagógica pode ser percebida em vários textos de Arthur Reis que buscam instaurar um passado para o Amazonas, elegendo datas importantes, fatos marcantes e personagens ilustres, que, segundo o autor, permaneciam ignorados na historiografia brasileira. Discursos proferidos por Arthur Reis como paraninfo de turmas de ginasianos em Manaus durante esse período demonstram sua preocupação em dotar o Amazonas – principalmente a juventude estudantil – de uma memória histórica positiva. Em 1936, por exemplo, falando aos formandos do curso ginasial do Colégio D. Bosco, afirmava: Corramos a vista por sobre o quadro de nossos três séculos. Quanta heroicidade há nas atitudes de nossos homens, criando a Amazônia, contra a cobiça de franceses, de ingleses, de holandeses, de espanhóis, bolivianos, peruanos, vencendo, pela hinterlândia, os mistérios do meio geográfico! E no entanto, que se refere, dos compêndios oficiais de ensino às obras máximas que nos definem como povo, sobre toda essa atuação! Abram-se esses livros, examinem-se os programas e neles não se encontra um passo, um lance de nossos ascendentes. Para o geral, somos um trecho estranho, sem história, sem credenciais para ingressar no painel grandioso da formação brasileira.

Em 1938, Arthur Reis mudou-se para Belém a fim de assumir um cargo público. A essa altura, o historiador já experimentava uma relativa consagração no ambiente intelectual de Manaus. Se em sua cidade natal o autor publicou sua obra inaugural e mais alguns artigos em revistas locais, em Belém pôde ter acesso mais constante à documentação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Pará, de onde selecionou fontes que o permitiriam escrever uma obra de maior fôlego, a saber, o ensaio publicado por ele em 1939, intitulado A política de Portugal no Vale Amazônico.

Digitized by Google

Diferentemente de seus estudos anteriores, esta é sua primeira obra em que é proposta uma síntese interpretativa da colonização portuguesa na Amazônia. Dessa maneira, a obra é uma espécie de manifesto inaugural, panorâmico, de onde posteriormente seriam pinçados temas para estudos mais específicos. A Amazônia colonial de Arthur Reis, apresentada nas páginas desse livro, é uma região que, durante a colonização, obteve uma especial atenção da metrópole lusitana. A história da colonização da Amazônia não seria apenas uma página de aventura e exotismo, a ocupar um lugar menor na memória nacional, mas sim uma experiência política de êxito.

Dividida em dez capítulos, a tese principal apresentada na obra é a de que Portugal teria sido a única nação europeia a obter pleno êxito na colonização do vale amazônico; êxito este atribuído a uma série de características específicas dos lusitanos em relação às demais nações europeias que visaram conquistar a região. Para Arthur Reis, é na colonização lusitana da região amazônica que devem ser procuradas as principais características da região. E a obra do historiador amazonense seria, em sua esmagadora maioria, uma descrição dos "aspectos da experiência portuguesa na Amazônia": presença de Portugal, dominação lusitana, dinâmica portuguesa, contribuição portuguesa, expansão portuguesa, ocupação portuguesa. No teatro da história de Arthur Reis, a natureza amazônica é o palco para a atuação brilhante do protagonista lusitano e suas ações políticas, militares e civilizadoras, enquanto indígenas e caboclos constituem uma massa amorfa de coadjuvantes que aparecem vez ou outra na narrativa, apenas como suporte dos fatos que demonstrem as ações do colonizador.

Digitized by Google

Significativo dessa orientação é um pronunciamento seu em uma palestra no II Congresso de Brasilidade realizado em 1942, em Belém, que inicia da seguinte maneira: Logo de início é preciso recordar que nossa civilização não se alicerçou em resíduos africanos ou gentílicos. Esses resíduos não devem ser esquecidos nem desprezados. Representam muito em nossa personalidade. Mas a civilização de fundo tropical que realizamos, essa, em suas linhas centrais, em suas forças mais vivas, mais fortes, mais expressivas, é lusitana, ocidental. Ou seja, a civilização tropical erigida na Amazônia é, em seu âmago, lusitana e ocidental, e o que tiver de africano e gentílico é residual. A herança cultural maior é a do português. O autor deixa isso claro ao sentenciar que essa contribuição é perceptível nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra econômica; nos usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, (...) constituíram (...) faces desse imenso legado português.

Esses exemplos discorridos acima nos permitem afirmar que Arthur Reis era um autor lusófilo. Mas o que viria a ser isso? Em nosso próximo texto vamos tentar explicar de maneira mais clara o que era essa lusofilia em Arthur Reis e os efeitos dela em sua obra.

Digitized by Google

ARTHUR REIS, UM LUSÓFILO DE CARTEIRINHA PARTE II

Publicado em 16 de fevereiro de 2018.

Arthur Reis era um autor lusófilo

No último texto comentávamos que Arthur Reis era um autor lusófilo. Isso porque podemos notar claramente, na sua interpretação do processo histórico na Amazônia, uma predileção pelos portugueses como heróis centrais da narrativa. Um trecho dele é esclarecedor a respeito dessa questão: "É conveniente esclarecer que, na constatação dessa verdade insofismável, não queremos desprezar os outros elementos integrantes de todo o amplo processo da formação, representados na contribuição que nos ficou do gentio da terra e dos contingentes africanos que, com estes, constituíram um precioso instrumento de trabalho.

A presença portuguesa, no entanto, representou a força disciplinadora, o propósito mais decisivo, a inteligência aguda no tocante aos problemas que foram surgindo e tiveram de ser vencidos pela execução de política objetiva, fruto do exercício ininterrupto de uma ação cultural mais intensa, mais viva, mais nítida, mais consciente, enquanto os outros significaram reflexo, força reflexa, guiada, assistida, utilizada convenientemente pela de maior conteúdo cultural".

É do colonizador português, então, a maior contribuição para a construção da Amazônia. O primado na condução do processo histórico na Amazônia, logo, é do elemento português que se impõe na posição de mando, de senhor, de lide-

Digitized by Google

rança. Como já dito, o colonizador lusitano é o ator principal, cabendo aos outros elementos o papel de coadjuvantes do português na epopeia civilizatória. Dessa maneira, mais que em algum outro lugar, na Amazônia, "terra e homem [referindo-se aos indígenas], portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas fórmulas de vida".

Nessa lógica histórica, o colonizador luso é o vencedor. Logo, é legítimo que ele que se imponha, se aproprie, conduza o processo "Os portugueses, nesse trabalho silencioso de contato e de interações, constituíram a contribuição mais preciosa. Tinham, por si, sobre as multidões indígenas que encontraram ou sobre os contingentes africanos que importaram, a superioridade de sua tradição e de sua atualidade cultural. Transmitiram-no, em consequência, todo um imenso acervo de civilização, representado em língua, religião, instituições políticas, hábitos, costumes, atitudes, processos políticos, processos de trabalhos. Realizaram uma vigorosa empresa civilizadora. Deram-nos a sua natura. Plasmaram-nos com os seus defeitos, os seus vícios, as suas virtudes e qualidades, o seu espírito, o seu gênio".

Esse aspecto lusófilo da obra de Arthur Reis demonstra o quanto as propostas de Gilberto Freyre sobre a colonização portuguesa na América haviam se disseminado desde fins da década de 1930, visto que sua proposta regionalista grassava em diversos círculos intelectuais pelo Brasil, postulando o país como um "continente" formado por arquipélagos culturais e da diversidade regional como articuladora da identidade nacional.

Digitized by Google

Para Gilberto Freyre, o nacional deveria ser estudado regionalmente, "sem o sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem", ou seja, num país de dimensão continental como o Brasil, o natural e o cultural encarregavam-se de estabelecer as subdivisões. A proposta conciliatória do autor pernambucano parecia uma excelente saída para se articular as diferentes proposições identitárias: "as diferentes regiões se conciliam através do lusismo, comum, com o universalismo essencial".

O destaque conferido por Arthur Reis ao português como condutor de uma colonização bem-sucedida alude quase que diretamente aos argumentos de Gilberto Freyre – mais que com qualquer outro "intérprete" do Brasil no período. Muito embora não seja o objetivo de fazer aqui um estudo comparativo entre os dois autores, uma sucinta explanação acerca de algumas diferenças básicas entre os dois permitirá melhor matizar certas características da obra de Arthur Reis.

O próprio Gilberto Freyre, já em 1940, teria endossado as conclusões de Arthur Reis sobre a colonização portuguesa na Amazônia numa palestra proferida no Rio Grande Sul naquele ano. O ganho simbólico para Arthur Reis com certeza foi grande por ter sido citado e endossado por um autor já consagrado, e a colaboração intelectual entre os dois se daria mais diretamente durante a década de 1970, quando fizeram parte do Conselho Federal de Cultura, porém, ambos os autores constantemente citavam um ao outro em palestras e publicações.

Digitized by Google

No entanto, se ambos reconhecem que somente o português poderia efetivamente colonizar o Brasil como o fez, encarando sua herança como positiva, há duas diferenças básicas entre os dois autores. A primeira diz respeito à contribuição do elemento africano à colonização portuguesa, que para Gilberto Freyre é sobremaneira importante. Contudo, para Arthur Reis, a influência do elemento africano na colonização da Amazônia teria sido insignificante, dada à suposta escassez de escravos na região. Dessa maneira, para Arthur Reis, a Amazônia teve uma peculiaridade em seu processo colonizador que a diferenciava do resto do Brasil: a da relação básica do colonizador com os indígenas, estes sim, a grande maioria e essenciais como colaboradores dos lusitanos.

A segunda e marcante diferença está no fato de que, para Gilberto Freyre, a colonização não foi fruto de uma ação do Estado português, mas sim uma vitória conquistada pela família patriarcal luso-brasileira. Não haveria uma orientação oficial na colonização, mas sim iniciativa particular. Com efeito, nada contrastaria mais com a interpretação de Arthur Reis, para quem o Estado português é praticamente onipresente e a principal personagem histórica na condução da colonização da Amazônia. Arthur Reis estabelece uma origem para a Amazônia: a chegada dos europeus à região. O marco inicial para Arthur Reis não é nenhuma das populações que habitavam o lugar antes da chegada dos europeus. Assim, a história da Amazônia é a história de sua colonização pelos portugueses, mais especificamente em seus fatos político-administrativos.

Entretanto, mais do que um elogio laudatório do colonizador português, a narrativa da história da Amazônia construída por Arthur Reis, ao apresentar um

Digitized by Google

processo colonizador exitoso, conduzido por um Estado metropolitano presente e zeloso, situa a possibilidade de progresso e desenvolvimento desde o momento por ele considerado como a "gênese" da região. Nessa gênese, segundo a ótica de Arthur Reis, não estaria nem o primitivismo dos indígenas, nem a grandiosidade da natureza (ambos praticamente obliterados pelo historiador em sua escrita), mas, pelo contrário, o ímpeto colonizador português.

Essa construção do passado feita pelo autor permitiria encaminhar uma dupla operação: ao passo que dissociava a região da imagem de natureza idílica e exótica – contrapondo-se a uma concepção depreciativa conferida à região como lugar da barbárie e do primitivismo pela intelectualidade nacional até então – postulava a possibilidade de se realizar, por parte do Estado nacional contemporâneo, a retomada e/ou a efetivação de uma obra civilizatória de êxito no presente.

No limiar das propostas de Arthur Reis para o desenvolvimento da Amazônia estava a experiência colonizadora portuguesa. Não é a retomada do fausto gomífero que o autor estabelece como padrão de desenvolvimento. Para ele, é a colonização portuguesa que funciona como modelo, e que permitia afirmar a possibilidade de se estabelecer, no presente, uma sociedade economicamente desenvolvida.

É assim, a continuidade do projeto lusitano que seria a garantia de progresso, pois segundo Arthur Reis, a experiência de planejamento e conhecimento técnico-científico, havia sido adotada primeiramente pelos portugueses em sua colonização – muito embora de maneira incipiente – mas é essa orientação "realista" que deveria, com o maior desenvolvimento da técnica e da ciência, ser retomada no presente.

Digitized by Google

HISTÓRIA, LUGAR DO HORROR

Publicado em 20 de agosto de 2018.

Michel Foucault, logo no início de seu livro Arqueologia do Saber, afirma que a História "transforma documentos em monumentos". Com isso, este filósofo francês criticava uma visão do passado oficializada, bem como lembrava que os documentos são conservados a partir de interesses. Eram construções semelhantes aos monumentos.

Assim, a História se configura como um discurso em litígio, com diferentes significados para diferentes grupos. Podemos acrescentar a essa leitura a constatação de Walter Benjamin de que "os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes" e concluir que o conhecimento histórico não é inocente e neutro e está ligado ao poder dos que legitimam a "sua" visão da História. E quem tem tal poder, apresenta sua visão como "universal".

Para o autor alemão, a violência é parte constituinte de todo processo histórico, e a história é o lugar do horror. "Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". O que ele chama de barbárie é a montanha de ruínas, mortos e fragmentos acumulados por baixo do dito progresso da civilização. Nessa abordagem, importante seria tentar encontrar o sangue derramado, as vidas esfaceladas sobre as quais se ergueram os monumentos da humanidade de que tanto nos orgulhamos.

Digitized by Google

Mas parece que para certa historiografia é preferível e mais agradável ver a beleza dos feitos dos grandes homens da nação sem sentir as marcas do preconceito e da humilhação, sempre calcada em uma leitura do passado de cunho continuísta, mistificador e autoritário. Isso coloca um desafio aos historiadores: como problematizar a tradição? Como substituir as continuidades irrefletidas pelas rupturas reflexivas? Como pensar o diferente?

Digitized by Google

Série

Artigos

Hélio Dantas

Digitized by Google